

PETRUS EPISCOPUS: A AÇÃO DO BISPO D. PEDRO DA SILVA DE SAMPAIO DURANTE AS GUERRAS NEERLANDESAS NO BRASIL (1634-1649)

POR

PABLO IGLESIAS MAGALHÃES¹

Universidade Federal do Oeste da Bahia – Brasil

RESUMO

O presente artigo investiga a trajetória do sétimo Bispo do Brasil, D. Pedro da Silva de Sampaio, nos quinze anos em que dirigiu a diocese de São Salvador da Baía de Todos os Santos do Estado do Brasil. O prelado, durante todo o seu governo episcopal, agiu contra as incursões militares neerlandesas ao Recôncavo baiano e Salvador, então capital da colônia, além de chefiar o projeto que desestabilizou o governo holandês por meio da admissão clandestina de sacerdotes católicos nas Capitânicas do Norte do Brasil.

PALABRAS CLAVE: União Ibérica (1580-1640); Igreja católica; Brasil holandês (1630-1654).

THE ACTION OF THE BISHOP D. PEDRO DA SILVA DE SAMPAIO DURING THE DUTCH WARS IN BRAZIL (1634-1649)

ABSTRACT

This article assesses the tenure of the seventh Bishop of Brazil, D. Pedro da Silva de Sampaio, during the fifteen years in which he directed the diocese of São Salvador da Baía de Todos os Santos do Estado do Brasil. The prelate, during his entire episcopal government, acted against the Dutch military incursions into the Recôncavo of Bahia and Salvador, then capital of the colony, therefore took a leading role in a project that destabilized the dutch government, through the clandestine admission of catholic priests in the northeastern captaincies of Brazil.

KEY WORDS: Iberian Union (1580-1640); Catholic Church; Dutch Brazil (1630-1654).

PETRUS EPISCOPUS: LA ACCIÓN DEL OBISPO D. PEDRO DA SILVA DE SAMPAIO DURANTE LAS GUERRAS HOLANDESAS EN BRASIL (1634-1649)

RESUMEN

Este artículo investiga la trayectoria del séptimo Obispo de Brasil, Don Pedro da Silva de Sampaio, en los quince años que logró la diócesis de San Salvador de Bahía de Todos los Santos Estado de Brasil. El prelado, a lo largo de su gobierno episcopal, actuó en contra de las incursiones militares holandesas en el Reconcavo de la Bahía y Salvador, entonces capital de la colonia, además de conducir el proyecto que desestabilizó el gobierno holandés, a través de la entrada ilegal de sacerdotes católicos en las capitánías del norte del Brasil.

PALABRAS CLAVE: unión Ibérica (1580-1640); iglesia católica; Brasil holandés (1630-1654).

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO / CITATION: Magalhães, Pablo Iglesias. 2020. «Petrus episcopus: a ação do bispo D. Pedro da Silva de Sampaio durante as guerras Neerlandesas no Brasil (1634-1649)». *Hispania Sacra* LXXII, 145: 257-265. <https://doi.org/10.3989/hs.2020.019>

Recibido/Received 08-02-2017

Aceptado/Accepted 18-06-2019

¹ pimagalhaes@yahoo.com.br / ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5590-3889>

A invasão neerlandesa em Pernambuco e sua subsequente expansão pelas capitânicas do norte do Brasil (1630-1637) ameaçou a hegemonia ibérica no Atlântico Sul e levou a Coroa, então unida a Portugal, a mobilizar seus recursos para combater a aliança entre a Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e os Estados Gerais. O imenso território por onde a guerra contra os neerlandeses se alastrou estava na jurisdição da diocese de São Salvador da Baía de Todos os Santos, criada pela Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae* em 1551, que compreendia o Estado do Brasil e, posteriormente, o Estado do Maranhão. A guerra contra os invasores irrompeu no centro geográfico da diocese e estendeu para as capitânicas brasílicas, entre Sergipe e o Maranhão, o conflito entre a Igreja Católica e as confissões reformadas, presentes na Europa desde a primeira metade do século XVI.

A sede da mitra diocesana, a cidade de Salvador, já havia experimentado o impacto da invasão neerlandesa em maio de 1624. Naquela ocasião, o quinto bispo do Brasil, D. Marcos Teixeira de Mendonça foi alçado a comandante-em-chefe da resistência, composta por milícias de proprietários de terras do Recôncavo baiano e por índios tupinambás dos aldeamentos jesuíticos do Espírito Santo e de São João. O bispo faleceu em outubro daquele ano, sob suspeita de ter sido envenenado, e se tornou um símbolo da luta contra o exército invasor e as confissões reformadas (Magalhães 2010, 69-70; Magalhães 2011b). Além do bispo, o clero secular e regular tomou parte nas batalhas pela retomada da Bahia.

Não foi, contudo, apenas no campo das armas que os sacerdotes da Sé da Bahia atuaram na guerra contra os neerlandeses, que se prolongaria com novas ameaças ao Recôncavo baiano em 1628 e, depois, com a invasão de Pernambuco em 1630. Fizeram isso também nas letras, legitimando a participação de sacerdotes na guerra. O padre Manoel Temudo da Fonseca publicou, duas décadas depois da Invasão da Bahia, a primeira parte das *Decisiones et quaestiones Senatus Archiepiscopalis Metropolis Olysiponensis*, com observações que permitem compreender a ação militar do clero contra os neerlandeses em 1624 e nos anos seguintes. Temudo da Fonseca ocupara o cargo de governador do Bispado do Brasil ou, como afirma no título de seu livro, da *Provinciae Sanctae Crucis Brasiliensis*. Nasceu na Vila de Serfã, na Diocese da Guarda, por volta de 1589, e embarcou para Salvador em 1623. No ano seguinte, seguiu o bispo D. Marcos Teixeira na retirada para a aldeia do Espírito Santo e depois nas ações militares centradas no Arraial do Rio Vermelho. Após a nomeação do D. Miguel Pereira para a mitra diocesana da Baía de Todos os Santos, a 29 de Novembro de 1627, cargo que não chegou a ocupar em razão de ter falecido antes de embarcar, Manoel Temudo foi instituído governador do Bispado, ocupando o cargo até 1631, quando retornou para Lisboa. Naquele mesmo ano conheceu D. Pedro da Silva, a quem prestou informações acerca da Bahia, dos seus moradores, da religião e, principalmente, do perigo que representavam as armadas neerlandesas.

Nas *Decisiones et quaestiones*, Temudo discute algumas das principais controvérsias políticas que então envolviam o clero e religiosos em Portugal e no Ultramar. Na *Decisio XCIII, Utrum possint clerici seculares, vel regulares in sacris constitui pugnare in bello justo*, debate a legitimidade do clero secular e regular tomar armas numa guerra justa, na defesa da fé católica, do Reino e da própria vida. Dentre os

pontos discutidos, destaca-se o segundo, *Clerici, & regulares pugnare non possint*; o terceiro, *Clericos, & regulares non licet militare, etiam in bello justo*; o quarto *Bellum alterum offensivum, altero defensivum*; o décimo segundo *Defensio est de jure natural*; o décimo terceiro *Clerici possunt militare non solum in bello justo sed etiam, prorebus suis profanis interficere agressores* e o décimo sexto *Clericus tenetur suam auctoritatem defendere, & non fugere*. Temudo concluiu que era legítimo o direito de os eclesiásticos portarem armas em situação que caracterizasse guerra justa, guerra defensiva, o direito natural de defesa da própria vida, contra profanações de templos católicos e para defender a autoridade da Igreja Católica.

A concepção postulada pelo governador do Bispado quanto à licitude de os eclesiásticos tomarem armas foi decorrente da sua própria experiência. A questão que perpassava a *Decisio XCIII* foi ilustrada com o exemplo do bispo D. Marcos Teixeira de Mendonça, quando entregou ao governador-geral um contingente de clérigos armados para auxiliar a resistência contra os «hereges». O próprio Temudo esteve entre os clérigos que tomaram armas para defender Salvador. D. Marcos Teixeira ordenou, diz o cônego da Sé da Bahia, «*me praesente*», que o clero secular e regular tomasse armas para fazer guerra aos invasores, o que resultou na morte de alguns sacerdotes:

Quinimo praemanibus adest exëplum, quando enim capta fuit civitas Sãcti Salvatoris in Brasiliica Provincia, Episcopus D. Marcus Teixeira de Mendoça (sic) arma sumpsit, clericos convocavit, me praesente, & omnes etiam Religiosi pro defensione civitatis idem fecerunt, & periculis evidentibus nos obtulimus libenter, in cuius defensione praedictus Episcopus, & multi Ecclesiastici mortem subierunt (Fonseca 1643, 345).

A mitra diocesana possuía, então, importância estratégica para a manutenção do Brasil. Com a invasão de Pernambuco pelos cinco mil soldados comandados por Diederick van Waerdenburch e a subsequente ocupação daquele território, a monarquia espanhola apressou-se em nomear um prelado experiente e capaz de conduzir a guerra contra os neerlandeses no campo religioso. Assim, o inquisidor D. Pedro da Silva de Sampaio foi eleito o sétimo bispo do Brasil.

Nascido na Guarda por volta de 1572,² Pedro da Silva de Sampaio era filho de Braz da Silva e de Simoa da Fonseca.³

² Abreviaturas utilizadas: AUC=Arquivo da Universidade de Coimbra; ANTT=Arquivo Nacional da Torre do Tombo; ASV=Arquivo Segreto Vaticano; ANTT=Arquivo Nacional da Torre do Tombo; AHU=Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa; AGS=Arquivo General de Simancas; ANPB=Arquivo Nacional dos Países Baixos; IGAHP=Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco. AUC. Actos e graus, vol. 18, 3º cad., fl. 65, IV/I-D,1,1,18. Confirma que Pedro da Silva foi natural da Guarda. A data exata do seu nascimento é incerta, mas em maio de 1599 afirmou que possuía 28 anos.

³ ANTT. Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral – Habilitações. PEDRO Maço 41 – Documento 717 (26.02.1599 – 26.10.1602) A Habilitação do Santo Ofício de D. Pedro da Silva de Sampaio, bastante extensa, revela-nos a juventude conturbada do bispo do Brasil. O documento está em mau estado, castigado pelo tempo e com muitos picos de insetos. Apesar disto, sua leitura integral é possível. O documento se inicia com o procedimento habitual das Habilitações: as inquirições. Desagravos pessoais e disputas familiares fizeram, não obstante, que D. Pedro da Silva fosse acusado por crimes que o impediriam de ocupar cargo público e eclesiástico. Ao fim das inquirições todas as acusações foram retiradas pelo próprio homem que o acusara. Isto fez, contudo,

Ainda jovem, alcançou elevados graus acadêmicos, formando-se bacharel em cânones pela Universidade de Coimbra, a 21 de abril de 1594 e, em seguida, foi cursar o doutorado na Universidade de Salamanca.⁴ João Lopes Botelho, juiz na Guarda, afirmou, sem maiores fundamentos, que o jovem Pedro da Silva deixou a Espanha por ter se envolvido com uma mulher casada. O fato é que Pedro da Silva retornou de Salamanca para ser incorporado na Universidade de Coimbra a 23 de maio de 1597.⁵ Finalmente, tornou-se Doutor em Cânones em 6 de dezembro de 1598.⁶

O parecer dos inquisidores Rui Pinheiro da Veiga e Marcos Teixeira era de que Pedro da Silva «tinha limpeza de sangue pera poder servir no s^{to} off^o».⁷ Após ter obtido o grau maior da formação acadêmica e com as questões da Habilitação do Santo Ofício resolvidas, Pedro da Silva de Sampaio ocupou diversos cargos no Santo Ofício. A 4 de fevereiro de 1603, foi nomeado promotor da Inquisição de Évora e, posteriormente, a 21 de junho de 1614, deputado do mesmo Tribunal, nomeado a 9 de dezembro daquele ano. Em 14 de maio de 1631, no cargo de deão da Sé de Leiria, mas atuando em Lisboa como Inquisidor, foi apresentado como bispo do Brasil e nesse mesmo ano teve início seu processo consistorial.⁸ Foi preconizado bispo da Diocese da Baía de Todos os Santos a 2 de setembro de 1632,⁹ confirmado pelo papa Urbano VIII a 6 de setembro de 1632 e sagrado em Lisboa em fevereiro de 1633.¹⁰ Desembarcou em Salvador a 19 de maio de 1634, enquanto os neerlandeses consolidavam sua posição nas Capitanias do norte.

A ação do bispo na guerra contra o Brasil holandês pode ser definida em três momentos distintos. No primeiro, a partir de 1635, durante os anos da Guerra de Resistência (1630-37) o prelado buscou retirar os sacerdotes do território ocupado, com o objetivo de que a população católica seguisse seus pastores e abandonasse o território neerlandês. Deve ser incluída, no primeiro momento, a Devassa de 1635 que investigou e prendeu os eclesiásticos que colaboraram com os invasores, cujos originais ficaram registrados nos Cadernos do Promotor de Lisboa. O segundo momento consistiu na participação na defesa da Bahia, a partir de 1637, que culminou na resistência contra a fracassada invasão nassoviana à capital entre abril e maio de 1638.

O terceiro e último, mais importante e completamente negligenciado pela historiografia, teve início em 1641. Consistiu em infiltrar sacerdotes no Brasil holandês para romper com o tênue equilíbrio religioso conseguido às duras penas pelo militar polonês Christopher Arciszewski, na Paraíba, e

mantido durante o governo do Conde de Nassau. A liberdade de consciência religiosa manteve possibilitou o que Evaldo Cabral de Mello definiu como *Pax Nassoviana*. O bispo, então compondo a junta governativa do Brasil, a partir e fevereiro de 1641, procurou reacender e reforçar a necessidade da guerra contra os neerlandeses, atacando as bases dessa frágil política de liberdade de consciência.

No ano seguinte a sua chegada ao Brasil, em 1635, o bispo tornou-se figura central na questão da liberdade de consciência religiosa no Brasil holandês e sua primeira medida a frente da Diocese, em relação aos neerlandeses, foi repudiar a oferta do Alto Conselho para os moradores da Paraíba. O bispo D. Pedro da Silva de Sampaio sabia que a convivência decorrente da liberdade de consciência religiosa poderia aproximar os católicos dos interesses políticos neerlandeses. Numa medida arriscada, o bispo do Brasil ordenou que todos os eclesiásticos se retirassem das Capitânicas do Norte para a Bahia.¹¹

Essa ordem do bispo era contrária às disposições anteriormente articuladas pelo papa Urbano VIII que, a 4 de maio de 1630, já havia escrito ao rei da França para que intercedesse junto aos Estados Gerais da Holanda para permitir a entrada de sacerdotes nas áreas conquistadas pela WIC.¹² Um memorial de Adriaen Verdonck, escrito em 20 de maio de 1630, apresentou uma estimativa de quatrocentos clérigos e religiosos que habitavam as Capitanias do Norte do Brasil. Esse número já devia estar reduzido em 1635, quando o bispo determinou sua saída das áreas conquistadas (*Memória* 1981, 42).

A medida tomada por D. Pedro da Silva de Sampaio não foi, contudo, resultado de uma decisão unilateral. O primeiro ato que motivou esta medida partiu do provisor de Pernambuco e da Paraíba, padre Manoel de Azevedo, que informou ao bispo que após a conquista da Paraíba permaneceram párocos «a quem Olandezes não daria lugar p.^a se Retirarê». Como forma de fixar os portugueses ao território, pois possuíam os conhecimentos necessários para a produção do açúcar, os neerlandeses pretenderam impedir que o clero abandonasse a Capitania. As autoridades neerlandesas esperavam que, com a permanência dos eclesiásticos, muitas famílias católicas continuassem nas suas conquistas. O padre Azevedo deu conta disso também a Matias de Albuquerque, que lhe respondeu que «mandasse Vir» os eclesiásticos para o território que ainda estava sob administração portuguesa. O provisor, então, enviou para o bispo outra carta com o parecer de Matias de Albuquerque, que foi apresentada no mesmo dia ao governador-geral Diogo Luís de Oliveira e ao Ouvidor-Geral «que forão de parecer que [os eclesiásticos] Viessem [para a Bahia], inda q' não faltarão theologos a quem Pareceo outra Couza». O bispo afirmou à Mesa de Consciência que considerou «a Resposta dos ministros de VMg.^{de}», apesar de «dizerem os olandezes q' derão liberdade e Consciência» no Brasil holandês.¹³

que esta habilitação ganhasse muitos anexos e cartas de autoridades da época, além de uma segunda inquirição. Através desse documento é possível elucidar os pontos desconhecidos da juventude e formação de D. Pedro da Silva de Sampaio. O nome dos pais também consta no ASV. Arch. Concistoriale, Proc. Consistoriales, Vol. 31, fl. 211v.

⁴ AUC. Actos e graus, vol. 18, 3^o cad., fl. 65, IV/I-D,1,1,18.

⁵ AUC. Actos e graus, vol. 19, 2^o cad., fl. 41v, IV/I-D,1,1,19.

⁶ ASV. Arch. Concistoriale, Proc. Consistoriales, vol. 31, fl. 213 (certidão).

⁷ ANTT. Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral – Habilitações. PEDRO Maço 41 – Doc. 717. fls. 23-39v.

⁸ ASV. Arch. Concistoriale, Proc. Consistoriales, vol. 31, fl. 205v. [Roma, 1631] «Processo relativo ao Padre Pedro da Silva de Sampaio proposto por El-Rei para a catedral de São Salvador da Baía».

⁹ ASV. Arch. Concistoriale, Acta Camerarii, vol. 17, fl. 20.

¹⁰ ASV. Relaciones Episcopales. Ad Limina de 1642. fl. 1. [Salvador, 16.05.1642]

¹¹ AHU, Bahia. Luísa da Fonseca, Cx. 6. Doc. 681 [Bahia, 26.03.1635]. «Carta do Bispo do Brasil para Felipe IV».

¹² ASV. Nunziatura Portuguesa. Códice 23, fl.3. [Roma, 04.05.1630]

¹³ AHU, Bahia. Luísa da Fonseca. Cx. 6. Doc. 681 [Bahia, 26.03.1635]. «Carta do Bispo do Brasil para Felipe IV». ANTT. Mesa de Consciência e Ordens. Livro 33 (1634-1637), fls. 134v-135v. [Lisboa, 05.09.1635]. «Bispo do Brazil. Sobre os Parochos e Christandade da Parahiba».

A Mesa de Consciência e Ordens, em Lisboa, recebeu com desagrado a notícia de que o clero foi retirado das áreas conquistadas pela WIC e, a 5 de setembro de 1635, o bispo do Brasil foi apontado como o único responsável por esta ação. A Mesa desautorizou a ordem do bispo e, a 15 de setembro, reportou ao governo em Castela a sua reprovação à decisão episcopal. Uma carta régia de 17 de outubro do mesmo ano confirmou a desautorização, pela Mesa de Consciência, encaminhada a D. Pedro da Silva de Sampaio. Não obstante, a maior parte dos sacerdotes acatou as ordens do prelado e abandonou as Capitanias do Norte em direção ao Recôncavo baiano.

D. Pedro da Silva de Sampaio justificou sua diretriz alegando que seguiu o parecer de Matias de Albuquerque, do governador Diogo Luís de Oliveira e do ouvidor-geral, todos favoráveis à retirada do clero, apesar de alguns teólogos da Bahia, que tiveram seus nomes omitidos, terem votado pela permanência dos eclesiásticos. O bispo alegou, também, que os clérigos já padeciam necessidades com a falta das côngruas para seu sustento, que não poderiam ser enviadas da Bahia pela zona de guerra. O vigário da Paraíba, Manuel de Azevedo, seguindo as ordens do bispo, obrigou os eclesiásticos a seguir viagem «e lhe punha censura para que o fizessem». Os que teimavam em permanecer, «mandou prender e os molestou rigorosamente dizendo que assim o mandava o bispo Dom Pedro da Silva de Sampaio» (Calada 1985, 93-94).

A Mesa de Consciência e Ordens isentou de culpas as autoridades civis e militares favoráveis à saída dos eclesiásticos, a exemplo de Matias de Albuquerque, por «faltar-lhes o pasto spiriitual [...] que somente terão desculpa, de não ser de sua profissão».¹⁴ Em relação à medida do bispo para com os moradores e párocos da Paraíba, o documento apresentado pela Mesa afirmou que «he mais de sentir, que tras este tão grande trabalho [de lutar contra os neerlandeses] se lhe acrescente outro tanto mayor pelo Bispo E seu Prouizor». Para justificar sua posição, a Mesa alegou os perigos sofridos pelos religiosos portugueses «na China, Japão, E outras partes por aumentar a fee». A Mesa alegou, ainda, que os perigos equivalentes «faltão na Parahiba E os olandezes não oprimem assy aos Parrochos, como a suas ouelhas a que deixem a fee, E faltando este meo da parte de VMg.^{de} de se conseruar, nella, poderẽ os olandezes Catholicos E outras nacões tambem Catholicas meter naquellas terras Relligiosos de sua E de outras nações».¹⁵ Os ministros da Mesa, incluindo o Conde de Castro, foram do parecer que «o Bispo faltou muito a sua obrigação em mandar sahir da Parahiba (como auizo que fez) aos Parrochos».¹⁶

A segunda medida do bispo, na guerra contra os neerlandeses, consistiu em auxiliar a defesa da Bahia ao tempo em que todas as capitanias do norte já estavam sob o domínio neerlandês e Salvador tornou-se o alvo da WIC. A partir de 1637, o bispo mobilizou o clero na recuperação das trincheiras ao norte da cidade, no Santo Antônio Além do Carmo, e, no ano seguinte, o prelado ajudou a impedir uma fuga em massa da cidade pelos seus habitantes, exortando-

-os a resistir em abril de 1638 (Magalhães 2014; Magalhães 2011a). O fiasco militar de Nassau em 1638 foi a primeira derrota significativa do Brasil holandês e possibilitou a continuidade da resistência pelas Armas Católicas.

Naquela conjuntura, as autoridades coloniais reconheciam a ilha de Itaparica como um local estratégico para a guerra defensiva que teve lugar no Recôncavo baiano. Em março de 1635 o bispo D. Pedro da Silva de Sampaio escreveu carta ao Rei Felipe IV de Espanha pedindo que fosse enviada uma armada para a defesa da Salvador.¹⁷ Em seguida, alertou, mais uma vez, El-Rey que os neerlandeses planejavam reconquistar a Bahia:

Dizem, colhido dos Olandezes q' ande tomar a Ponta da Taparica, e fazer aly fortaleza a cuja sombra encorrem muitos nauios, e que daly ande Reconhecer, os donos dos Engenhos com seus trebutos, e senão que lhes ande abrazar – fica lhe daquy fácil tomar tudo até o Rio de Jan.^{to}, e Angola, enfeitar a nauegação das Indias de Portugal, e Castella, se não atalhão tantos males breuem.^{te} demandado de VMg.^{de}, com poderoso socorro, e Armada.¹⁸

Uma base militar neerlandesa em Itaparica não ameaçava somente a Bahia, mas toda navegação no Atlântico sul. A informação enviada por D. Pedro da Silva de Sampaio atingiu com força os dirigentes do Reino, inclusive porque um dos governadores de Portugal, o quinto Conde da Castanheira, D. Antonio de Ataíde, estava ligado à ilha de Itaparica. O primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, doara a ilha em sesmaria ao primeiro Conde da Castanheira, em 1552 (Magalhães 2016). A minuta elaborada pelo Conselho da Fazenda demonstra a reação imediata, observando que «satisfazendo os pontos mais substanciais das ditas cartas Pareceo que por todos os respeitos convinha muito haverem partir logo as armadas para o brazil jndo em direitura a Bahia». A minuta ainda especificou que era «Necessario acudirse logo a fortificação na ponta de taparica antes que o inimigo se faça senhor deste sitio e se fortifique [...] que se não possa cobrar [...] procurando com toda brevidade que o forte que se ouver de fazer neste sitio seja de maneira que possa impedir o dezenho do inimigo». A informação enviada pelo bispo surtiu efeito e o Conselho da Fazenda deliberou, em pouco tempo, que o envio de navios para a Bahia pudesse servir de «grande remedio para sua defensão».¹⁹

A presença na Bahia da esquadra de D. Lope de Hoces y Córdova, em 1636 e da armada luso-espanhola do Conde da Torre em 1639 afastou temporariamente as embarcações hostis. Em 1640, entretanto, uma expedição neerlandesa chefiada por Jan Corneliszoon Lichthardt incendiou vinte e sete engenhos na Bahia, incluindo os de Santa Cruz e do Flamengo, na ilha de Itaparica, com o objetivo de destruir o sis-

¹⁴ ANTT. Mesa de Consciência e Ordens [MCO] Livro 33 (1634-1637), fls. 134v-135v. [Lisboa, 05.09.1635]. «Bispo do Brazil. Sobre os Parochos e Christandade da Parahiba».

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

¹⁷ AHU, Bahia, Luísa da Fonseca. Cx. 6. Doc. 680 [Lisboa, 1635]. «Minuta do Conselho da Fazenda sobre duas cartas de D. Pedro da Silva e Sampaio». Não localizamos a carta, cópia ou original, mas a minuta afirma que a mesma data de 21 de julho de 1634.

¹⁸ AHU, Bahia, Luísa da Fonseca. Cx. 6. Doc. 681 [Bahia, 26.03.1635]. «Carta do Bispo do Brasil para Felipe IV».

¹⁹ AHU, Bahia. Luis. Fons. Cx. 6. Doc. 681 [Bahia, 26.03.1635]. «Carta do Bispo do Brasil para Felipe IV» (Cópia Mutilada). AGS. Secretarias Provinciales. Livro 1478 fl. 98-98v. [Madrid, 03.08.1635] «Sobre lo que escreve lo bispo do Brasil acerca de çinquenta mil caxas de assucar que alli se hallan y el riesgo que corren».

tema produtor de açúcar no Recôncavo. Era notório que Itaparica estava desguarnecida e por informação do Marquês de Montalvão, D. Jorge Mascarenhas, ficou registrado que o aparato bélico das fortificações periféricas foi desviado para «Os doze fortes que se espalhavam pelas quase três léguas do perímetro urbano e careciam de reparos», que deviam «ser providos com a artilharia recolhida dos fortes então desmantelados da ponta de Itaparica, barra do Paraguaçu, Paranamerim» (Mascarenhas 1893, 102).²⁰ Apesar de Itaparica estar sem condições de se defender, o governo colonial reconhecia da sua importância estratégica:

A barra tem trez leguas de largo, por onde o inimigo pode entrar e estar sem impedimento. Póde-se lhe dificultar fazendo-se uma fortaleza nas Paraúnas, fronteira & de Santo Antonio, com que cruzam ambas a barra com sua artilharia, impossibilitam a facilidade da entrada e defendem a ilha de Itaparica, onde o inimigo pode estar ancorado, senhorear-se d'ella, e sustentar o sitio á cidade.²¹

Itaparica, então com duas freguesias, a de Vera Cruz e de Santo Amaro, era uma praça aberta. A criação dessa segunda teve lugar durante o episcopado de D. Pedro da Silva de Sampaio, em 1643, possivelmente com o objetivo de povoar a região insulana e impedir o desembarque de inimigos, em caso de uma invasão de menor monta. Segundo o cronista frei Agostinho de Santa Maria, «O primeyro Vigayro que teve esta paróquia foy o Padre Valerio de Freytas, clérigo de bõs procedimentos», que deixou algumas obras manuscritas, infelizmente desaparecidas (Santa Maria 1722, 121-122). Ordenado junto com o jesuíta Antonio Vieira em 1634, sua carta de apresentação para a vigária de Santo Amaro de Itaparica, na Chancelaria da Ordem de Cristo, data de 4 de agosto de 1643.²² A freguesia de Vera Cruz era administrada pelo padre Romão Palmeiro, nomeado por carta de apresentação de 30 de agosto de 1646.²³ Por volta de 1645, Itaparica contava com cerca de 2 mil habitantes, enquanto Salvador se aproximava de 20 mil, que poderiam resistir a pequenas incursões, mas não a uma invasão em grande escala (Moreau 1651, 145).²⁴

A 8 de fevereiro de 1647 a esquadra de Sigsmund von Schoppe, Simon van Beaumont e do almirante Joost van Trappen, composta 26 velas e conduzindo 2400 homens, entre

soldados, marinheiros e indígenas, invadiu a Baía de Todos os Santos.²⁵ O comandante em chefe da operação era Beaumont, a marinha ficando sob responsabilidade de Bankert e a infantaria a cargo de Schoppe, que concebeu o plano de invasão e foi um dos mais competentes oficiais a serviço da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil. Schoppe sabia que as forças navais disponíveis eram limitadas para empreender uma invasão direta a Salvador. Seu plano, então, consistiu em estacionar a esquadra na ponta das Baleias, na ilha de Itaparica, fechando o eixo da principal rota marítima no Atlântico sul, a entrada da Baía de Todos os Santos. Schoppe cumpriu o que prometera no governo de Diogo Luís de Oliveira, «que se havia fazer senhor da Bahia, sem lhe custar um copo de sangue, impedindo os mantimentos com os seus navios» (Vieira 1928, 577). A tomada de Itaparica por Schoppe pôs em risco a baía de Todos os Santos e também ameaçou a comunicação e o comércio entre a Bahia e Portugal.

Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva afirmou, em 1837, que «concorreo a persuasão geral» que o ataque precipitado a Itaparica decorreu do Bispo D. Pedro da Silva de Sampaio pressionar o governador Antonio Teles da Silva para que reagisse contra os neerlandeses (Silva 1837, 18). O historiador Braz do Amaral, seguindo Accioli, afirma que «atribuiu a voz pública a responsabilidade do desastre ao bispo D. Pedro da Silva de Sampaio, que havia aconselhado o ataque ao Governador e o havia feito teimar contra a opinião dos oficiais mais competentes, inclusive do próprio Rabelinho» (Amaral 1941, 214-217). Não há, contudo, documento que confirme ou desacredite as afirmações anteriores, mas é possível que o bispo fosse favorável ao ataque e exortasse uma ação militar para recuperar a ilha de Itaparica.

A terceira e mais bem-sucedida ação articulada pelo bispo, com o apoio autoridades de autoridades militares, planejou implodir o Brasil holandês a partir de sua maior contradição interna: a religião. Esse plano, que consistia em burlar o bloqueio que lhe proibia exercer a jurisdição episcopal sobre o Brasil holandês, teve início em 1641 e, na medida em que o projeto de reiniciar a guerra em Pernambuco foi ganhando corpo, mais clérigos foram apresentados à Chancelaria da Ordem de Cristo. Além disso, religiosos regulares jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas também passaram da Bahia para Pernambuco.

O bispo ignorou completamente a supressão da sua jurisdição episcopal no Brasil holandês, imposta pelo Alto Conselho, e o clero continuou a ser por ele apresentado à Chancelaria da Ordem de Cristo, ainda que fosse necessário driblar as censuras para os sacerdotes se instalarem no território inimigo. O temor das consequências desta infiltração sacerdotal apareceu nas notas do Alto Conselho desde o momento em que no Brasil as tréguas entre Portugal e Holanda foram celebradas, no ano de 1641. Numa representação ao Alto Conselho foi relatada a queixa de que

primeiramente [os clérigos e religiosos católicos] não exercem sua religião dentre os muros de suas Igrejas, seguindo o acordo que vossas Senhorias [do Alto Conselho] fecharam com eles, mas em público nas ruas,

²⁰ Atual Paranama, localizada em Loreto, na contra costa da Ilha dos frades e tendo visão para Madre de Deus, entrada para Santo Amaro.

²¹ Idem.

²² ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 25, fl. 239. «Valerio de freytas Carta de apresentasão da igrª de s^{to} amaro do reconcauo bp^{do} da Bahia».

²³ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo, Livro 35, fl. 260.

²⁴ Aqui cabe uma observação. Esse número de 2000 habitantes em Itaparica foi inferido a partir de uma afirmação na obra de: Moreau 1651, 145. O autor afirma que «Os soldados não pouparam aí uma só vida, mataram até mulheres e crianças, saquearam tudo quanto quizeram, e só o incendiar lhes foi proibido; de modo que duas mil pessoas, que contava esta ilha, pereceram, umas pelo ferro, outras afogadas nos barcos, em que a tropel se lançavam, a fim de passarem à cidade da Bahia, quando chegaram os holandeses Foi Varnhagen quem verteu esse trecho do francês para o português definindo-o de «narração insuspeita». Varnhagen 1872, 321. Pode haver algum exagero nas afirmações de Moreau, pois o extermínio de 2000 pessoas na ocupação de Itaparica representaria um massacre de grandes proporções para a época. Ademais, não há outra fonte documental que assevere isso. Contudo, parece indicar o número de seus moradores à época.

²⁵ ANPB, fundo Oude West Indische Compagnie [Velha Companhia das Índias Ocidentais], número de chamada 1.05.01.01, inventário 63, documento 15, fol. 8r. «Carta Geral do Presidente e do Conselho do Brasil para a Câmara da Zeelandia» [26 de fevereiro de 1647]. Agradeço a Lucia Werneck Xavier pela indicação e transcrição desse documento.

durante o dia e na frente do mundo inteiro, E junto à isso ainda podemos mencionar que o público que está vendo sua idolatria (que na verdade preferem honrar seu próprio Deus do que o ídolo deles) estão sendo ameaçado por eles e as vezes até apanham. Acima de tudo também podemos citar o que [os clérigos e religiosos católicos] estão tentando fazer em Santo Antonio, Igarassu e ao redor da cidade e em outros lugares, direcionando, encarregando e mandando embora a partir da autoridade e a mando do Bispo que mora na Bahia, querendo uma coisa que é diferente do que separar assuntos da república dos assuntos da igreja, para isto ficou um dos representantes da Bahia a fim de pôr ordem na igreja e manter o controle. Nós ainda não mencionamos que o representante [Padre Simão de Figueiredo Guerra], ele mesmo, esta pregando a palavra de Deus na cidade atraindo um grande público, o que nós acreditamos que não seja o objetivo de Vossas Nobrezas, mas, que eles devem se privar a suas casas assim como os nossos tem que fazer em Bahia. Nós queremos mostrar que tudo isto leva com que a autoridade de sua Excelência e os Nobres Senhores e de seu governo seja ridicularizado publicamente, o que no final poderia causar a ruína e destruição total do Estado e da Igreja aqui nesta conquista tendo como resultado que a audácia dos papistas se torne tão grande fazendo que a alma e o país se percam.²⁶

No ano seguinte, em fins de 1642, a notícia de que se armava uma conspiração luso-brasílica chegou aos ouvidos do Alto Conselho (Nieuwhof 1980, 121). Isto, sem dúvida, dificultou a entrada de sacerdotes vindos da Bahia. O padre Antonio Vieira (secular, homônimo do jesuíta), por exemplo, há anos estava envolvido na Guerra de Pernambuco, acompanhando o Conde de Bagnuoli, em Porto Calvo, como «vigário da Laguna» (Alagoas), quando se retirou com o Exército de Pernambuco para a Bahia em 1637.²⁷ Em 1643, D. Pedro da Silva de Sampaio apresentou para vigário de Ipojuca o referido padre, mas, a 7 de dezembro daquele mesmo ano, o Alto Conselho ordenou a expulsão do sacerdote, alegando que não aceitava a jurisdição episcopal da Bahia.²⁸ O padre Antonio Vieira retornou para a Bahia, onde foi nomeado capelão da Sé e, posteriormente, coadjutor.²⁹ Vieira foi impedido pelo Alto Conselho de realizar os objetivos políticos da sua nomeação, mas a maior parte dos sacerdotes apresentados pelo bispo teve êxito em se instalar dentro das fronteiras do inimigo para sublevar os moradores do Brasil holandês.

Ainda no governo do Brasil, em 1642, o bispo conseguiu por meio da Relação *Ad Limina* informar a Roma do seu projeto de fortalecer o catolicismo no interior do Brasil holandês. Por ordem sua, seguiu para Roma o cônego Antonio Pinheiro, depois arcediogo da Sé da Bahia, que entregaria a Urbano VIII a *Ad Limina*, concluída a 16 de maio de 1642. O plano do bispo consistia em introduzir clérigos nas áreas mais povoadas do Brasil holandês e, através das prédicas,

estimular levantes contra o governo neerlandês. Além disso, afirmou que constantemente remetia cartas pastorais para moradores em Pernambuco e na Paraíba exortando-os a permanecerem fiéis ao catolicismo ou, conforme o texto, «*disseminarunt pastoralibus tamen Epistolis curat, ac curavit Episcopus catholicorum cum hereticis commorantium obfirmare animos*».³⁰

Dos vinte e nove clérigos e religiosos que foram signatários da Aclamação da Liberdade Divina em 1645, pelo menos metade passou da Bahia para o Brasil holandês entre 1641 e 1644. Os religiosos que assinaram a Aclamação foram: frei Manuel Calado; o vigário da Várzea, Francisco da Costa Falcão; o coadjutor Manuel Alvares; padre Manuel Ribeiro; padre Luis Alvares; o vigário de São Tomé, Fernão Rodrigues da Cruz; o capelão da Misericórdia, João de Araújo; padre João Batista Lobo; padre Antonio Rodrigues; o vigário de Muribara Gaspar de Almeida Vieira; Os beneditinos frei Anselmo da Trindade, frei João da Ressurreição e frei Antonio da Cruz; padre João Dias, cura de Apipucos; o vigário de São Pedro de Olinda, Antonio Bezerra; Manuel Machado, capelão de Nossa Senhora do Amparo; João de Abreu, vigário de Muribeca; o carmelita frei Pedro de Albuquerque; o vigário de Santo Antonio do Cabo, Mateus de Souza Uchoa; o mercedário frei Francisco de Andrada; Pedro Vicente, capelão de Parnanduba; padre Antonio Gonçalves, capelão de Muribara; padre Manuel Rebelo, ouvidor da Vara Eclesiástica; o vigário de Porto Calvo, André Jorge Pinto; o vigário de Igarassu, Baltazar Ribeiro; o licenciado Lourenço da Cunha de Quebedo; padre Tomaz Coelho, capelão de Guadalupe; Gaspar Dias Ferreira, vigário da Paraíba e, por fim, Simão de Figueiredo Guerra, vigário do Salvador de Olinda (Calado 1985, 8-10 e 95-108).

Esse fluxo de sacerdotes da Bahia, para o norte, incomodou o presbitério neerlandês que observou, em julho de 1644, o perigo que isto representava para o projeto político do Brasil holandês (Schalkwijk 2004, 376). Estes religiosos certamente foram encarregados por D. Pedro da Silva de Sampaio para estimular agitações públicas contra o governo neerlandês. Nassau, com astúcia, alertou a seus sucessores para impedirem as comunicações epistolares entre o clero católico da Bahia e os sacerdotes remanescentes nas Capitanias do Norte «pois era dali que vinham os maiores perigos» (Netscher 1942, 212-213).

Poucos foram os signatários da Aclamação não apresentados pelo bispo. Nesse conjunto, estão incluídos os padres João de Abreu Soares, vigário de Muribeca,³¹ Antonio Bezerra, vigário de São Pedro de Olinda (1612-1648),³² e Antonio Gonçalves, capelão de Muribara, que já ocupava o cargo em 1636, além de, obviamente, os clérigos regulares, como o paulino Manuel Calado, que vivera na Bahia antes de 1630,

²⁶ GAHP, Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. Vol. 7 [Recife, 11.06.1641].

²⁷ AHU, Pernambuco. Cx. 3, Doc. 223. [Alagoas, 15.10.1636]. Nesse documento consta a assinatura do padre secular Antonio Vieira, confirmando que este seguia o Exército de Pernambuco em direção a Bahia em 1637.

²⁸ IGAHP, Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. [Recife, 07.12.1643].

²⁹ ANTT, Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 63, fl. 190v.

³⁰ ASV. Relaciones Episcopales. *Ad Limina* de 1642. fl. 3v. [Salvador, 16.05.1642] D. Pedro da Silva de Sampaio tentou avisar por duas vezes a Urbano VIII sobre a situação do Brasil. Na primeira vez, em 1637, enviou a Roma por procurador Pedro Garcia de Faria, que não foi recebido por ser leigo. Em 29 de dezembro de 1639, o bispo do Brasil tornou a escrever ao Papa alegando a impossibilidade de enviar um capitular da Sé, mas nem por esta via foi a Relação Episcopal recebida pela Sacra Congregação.

³¹ ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo [CHOC]. Livro 12, fls. 182: [Lisboa, 14.01.1625] O padre João de Abreu Soares foi apresentado como vigário de N.S do Rosário de Pernambuco.

³² ANTT. CHOC. Livro 9, fl. 194v. [Lisboa, 10.02.1612].

o mercedário Francisco de Andrada,³³ o carmelita Pedro de Albuquerque, o beneditino Anselmo da Trindade. Isto não significa, contudo, que estes sacerdotes não estivessem alinhados com o projeto de Restauração de Pernambuco.³⁴

O padre Fernão Rodrigues da Cruz, vigário geral de São Tomé, chegou a Pernambuco no ano de 1643, capturado pelos neerlandeses quando tomaram essa ilha, na costa africana. Serviu como capelão na povoação do Arraial Velho, administrando os sacramentos. Após assinar a Aclamação participou em agosto de 1645 da Batalha da Casa Forte, do Buraco de Santiago e das que se seguiram. Pediu ao Conselho da Fazenda o reconhecimento prestado na Restauração de Pernambuco, sendo recompensado, em 1650, com «trinta mil réis de pensão nos bispados vagos».³⁵

Os signatários da Aclamação apresentados por D. Pedro da Silva de Sampaio foram Simão de Figueiredo Guerra,³⁶ Gaspar Dias Ferreira, vigário geral da Paraíba, o vigário de São Lourenço, Gaspar de Almeida Vieira (1643-1663), apresentado em 1643, por falecimento do Padre Gonçalo Ribeiro (1628-1643).³⁷ Também foi indicado pelo bispo por coadjutor na Matriz de São Miguel, em maio de 1643, o padre Pedro Álvares Vieira, mas, seis meses após seguir da Bahia para Alagoas, foi descoberto pelo Alto Conselho que decidiu expulsá-lo em dezembro do mesmo ano, sob a mesma alegação de que não aceitava a jurisdição episcopal da Bahia. De algum modo Álvares Vieira contornou a decisão do Alto Conselho, pois estava em Olinda quando assinou a Aclamação em 1645.³⁸

Foi apresentado também o padre Francisco da Costa Falcão (1643-1660), vigário da Matriz de Nossa Senhora do Rosário da Várzea por promoção de Francisco da Costa Abreu (1627-1642). Falcão já estava no Recife, não obstante, desde 1641.³⁹ O vigário de Porto Calvo, André Jorge Pinto, foi indicado meses antes do reinício da guerra.⁴⁰ Também foram

apresentados pelo bispo os signatários padre Manuel Rebelo para o cargo de ouvidor da Vara Eclesiástica,⁴¹ o vigário de Igarassu, Baltazar Ribeiro, apresentado em 1643;⁴² o Padre Manuel Álvares foi confirmado coadjutor na Igreja Matriz do Recife em 1655, mas já havia sido nomeado para outro cargo eclesiástico em Pernambuco desde 1645.⁴³

O Padre Manuel Machado assinou a Aclamação como Capelão da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, que foi destruída no incêndio de Olinda em 1631 e reconstruída em 1644. O Padre João de Araújo assinou o texto no cargo de Capelão da Misericórdia e o Padre Tomás Coelho como Capelão de Nossa Senhora de Guadalupe. Frei Bonifácio Muller sugere que os padres Machado, Araújo e Coelho foram nomeados capelães por volta de 1640, possivelmente apresentados pelo bispo (Muller 1945, 132). Além destes clérigos, foram signatários os beneditinos João da Ressurreição e Antonio da Cruz, que passaram da Bahia para Pernambuco em 1643, pelo que o Alto Conselho, numa nota de abril de 1645, já demonstrava preocupações com os transtornos que os religiosos poderiam causar.⁴⁴

No caso da freguesia de Santo Antonio do Cabo, ponto estratégico para as milícias luso-brasílicas, não foi apenas o Alto Conselho que se opôs à autoridade episcopal de D. Pedro da Silva de Sampaio. Seu conhecido opositor, o padre Belchior Manuel Garrido, que já constava na Devassa de 1635, ocupava o cargo de vigário de Santo Antonio do Cabo com a licença das autoridades neerlandesas. O padre Garrido foi um dos sacerdotes que, a exemplo do jesuíta Manuel de Moraes, «se foram com os holandeses».

Garrido precisava ser removido do cargo para dar lugar a um sacerdote alinhado ao projeto do bispo. Para resolver este problema, agiram Simão de Figueiredo Guerra e o vigário Geral da Paraíba, Gaspar Ferreira. Ao primeiro, coube exortar a população católica contra Garrido. A 11 de março de 1644, os moradores da freguesia de Santo Antônio do Cabo solicitaram ao Alto Conselho que Garrido, por causa de escândalos que lhe foram atribuídos, fosse exonerado do cargo de vigário local. O Alto Conselho afirmou que pretendia manter Garrido no seu vicariato, mas devido aos protestos dos fiéis, ordenou ao vigário da Paraíba, Gaspar Ferreira, que ele «deveria informar sobre o caso inteiro, que é eclesiástico, e nos reportará sobre isso e depois nós resolveremos o que acharmos certo».⁴⁵

O padre Ferreira informou às autoridades neerlandesas no Santo Antonio do Cabo «sobre a intranquilidade que surgiu ali entre o padre Garrido e sua paróquia, e [que] conseguiu conciliar o caso, tanto que ambos os lados ficaram contentes». O vigário recomendou, contudo, que era preciso nomear novo vigário para Santo Antonio e «o pediram

³³ AHU, Pernambuco, Cx. 7, Doc. 626. [09.03.1661]. «Petição de Fr. Francisco de Andrada». O mercedário Fr. Francisco de Andrada já estava com Matias de Albuquerque na Guerra de Resistência e permaneceu em Pernambuco até 1652 «achando se em todas as ocasiões que se offerecerão com os olandezes animando aos soldados com muito ualor e zello do seruiço de Deos comefeçando (sic) os sem temor das ballas do enemigo cõ muita caridade e acodindo lhes a suas necessidades, e senhoreando o enemigo a campanha de Pern.^{co}, ficou nella fazendo muitos seruiços a Deos Nosso s.^{or} e a Vmg.^{de} nas m.^{tas} almas que bautizou, a m.^{tos} filhos de Portuguezes, como de framengos, arriscando por isso sua uida por andar entre Infieis».

³⁴ Não foi possível apurar a origem dos seguintes signatários: Pe. Manuel Ribeiro; Pe. Luis Alvares; Pe. João Batista Lobo; Pe. Antonio Rodrigues; Pe. João Dias, Cura de Apipucos; Pe. Pedro Vicente, Capelão de Parnanduba e o Licenciado Lourenço da Cunha de Quebedo.

³⁵ AHU, Conselho da Fazenda. Códice 81, fl. 314 e 314v. [Lisboa, 23.12.1649] «O P.^e Fernão Roiz da Cruz pede satisfação dos seus seu.^{cos} feitos»; fl. 355 [Lisboa, 23.03.1650]. «Rep.^{ca} do P.^e Fernão da Cruz».

³⁶ ANTT. CHOC. Livro 35, fl. 387. [Lisboa, 26.07.1643]. «*simão de fig.^{do} guerra Carta dapresentação da igr^a matris de pernãobuco*».

³⁷ ANTT. CHOC. Livro 35, fl. 387-387v. [Lisboa, 26.07.1643]. «gaspar dalm^{da} uir^a Carta da igr^a de são L^{co} de pernãobuco».

³⁸ ANTT. CHOC. Livro 26, fl. Fls. 227-227v. [Lisboa, 06.05.1643] e IGHP. Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. Vol. [Recife, 07.12.1643].

³⁹ ANTT. CHOC. Livro 25, fl. 216v. [Lisboa, 14.02.1643]. «fr^{co} da Costa falcão Carta de apresentação da igr^a de nosa s^{ra} do Rosario bp.^{do} da bahia». AHU, Pernambuco Cx. 4, Doc. 318. Fl. 23. [Recife, 30.05.1641].

⁴⁰ ANTT. CHOC. Livro 24, fl. 385. [Lisboa, 29.03.1645].

⁴¹ AHU, Bahia. Luísa da Fonseca. Cx. 9, Doc. 1096, fl. 3 e 3v [Bahia, 06.10.1644] «T.^{as} sobre Vig.^{ro} geral de Pernãobuco como o ha e ouue sempre». Diversas testemunhas confirmaram que o bispo tem três vigários em Pernambuco e que dois eram Gaspar Ferreira e Manoel Rabelo.

⁴² ANTT. CHOC. Livro 35, fl. 285v. [Lisboa, 26.07.1643].

⁴³ ANTT. CHOC. Livro 37, fl. 459v-450v. [Lisboa, 04.03.1655]. Apesar de ter sido confirmado apenas em 1655, já estava em Pernambuco dez anos antes.

⁴⁴ IGHP. Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. Vol. [Recife, 25.04.1645].

⁴⁵ IGHP, Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. Códice 10 [Recife, 11.03.1644]

a nomear algumas pessoas das mais competentes, entre as quais nós podemos fazer a eleição, e ele então indicou os seguintes nomes: Joan d'Aruda da Costa, George de Mota Botelho, Rodrigo Rebello. De quem foi eleito Joan d'Aruda da Costa».⁴⁶

Na realidade, contudo, desde 1643, o padre Matheus de Sousa Uchoa havia sido apresentado para o cargo de vigário da Vila de Santo Antonio do Cabo por D. Pedro da Silva. Sousa Uchoa, junto com Simão de Figueiredo Guerra, seguiu da Bahia para Pernambuco no navio *Gouden Ster* durante as embaixadas que negociaram as tréguas em 1641.⁴⁷ O padre Mateus de Sousa estava apresentado pelo bispo para o cargo de vigário da Igreja de Nossa Senhora da Vera Cruz em Itapicuru no Estado do Maranhão, ainda ligado ao Bispado do Brasil. D. Pedro da Silva, contudo, mudou os planos em relação ao clérigo, designando-o para a missão de coordenar o clero em Pernambuco. O Alto Conselho não viu a presença de Uchoa com bons olhos, mas o sacerdote conseguiu ajuda de um oficial influente:

O Senhor Escabino Gaspar Dias Ferreira pediu oralmente, em nome do Padre Matheus de Souza, que veio com os representantes de Bahia, se ele poderia ficar nesta conquista para, de acordo com sua missão recebida pelo Bispo da Bahia, poder exercer seu serviço e gerar ordem em geral sobre o clero nesta conquista. Este requerimento foi discutido e por que nós não achamos que o Bispo tenha algum poder de jurisdição quanto o clero, mas achamos aconselhável que continuemos à dispor sobre o clero nós mesmo, isto lhe foi negado e nós esperamos que ele parta com os outros representantes em direção à Bahia, visto que nós não admitimos nenhum religioso da Bahia aqui neste lugar.⁴⁸

Em 1644, contudo, o Alto Conselho demorou em perceber que estava substituindo seu antigo aliado por um agente do bispo, visto que Sousa Uchoa conseguiu driblar as disposições das autoridades neerlandesas contra sua presença em Pernambuco. O fato é que, com Garrido destituído, vigorou a apresentação feita por D. Pedro da Silva de Sampaio e o padre Uchoa conseguiu ocupar o cargo a que foi designado titular, assinando a Aclamação como vigário de Santo Antonio do Cabo. Ainda em 1645, esse sacerdote serviu de informante às tropas de João Fernandes Vieira orientando-as a seguirem em direção à casa de D. Ana Pais, onde ocorreu a batalha da Casa Forte, da qual participou (Calado 1985, 130, 41-42).⁴⁹ O Alto Conselho, por fim, não conseguiu proteger o padre Garrido, que foi capturado pelas milícias em Pernambuco e enviado para Salvador, onde

ficou encarcerado.⁵⁰ Era o último dos padres apóstatas a sair de cena. Com isso, fora concluída uma parte fundamental do projeto do bispo para desestabilizar o Brasil holandês.

Decerto, o número de sacerdotes apresentados por D. Pedro da Silva de Sampaio para ocupar as paróquias no interior do Brasil holandês excedia à lista dos clérigos signatários da Aclamação. Mesmo após o reinício da Guerra de Pernambuco, o Bispo continuou enviando novos titulares para as freguesias das Capitânicas do Norte. Em outubro de 1645, quatro meses após a retomada dos conflitos, indicou seu secretário, o padre João Pinto de Azevedo, para o cargo de vigário de Santo Amaro do Jaboatão, por falecimento do padre Cristovão Magalhães.⁵¹ Em novembro de 1647, o bispo o reapresentou a Chancelaria da Ordem de Cristo, mas, desta vez, para a Matriz de São Cosme e Damião em Igarassu.⁵² Para seu antigo cargo, em Jaboatão, a diocese da Baía apresentou o padre Gaspar Gonçalves D'Avila.⁵³ O padre Sebastião Pedroso Góis, de família influente no Recôncavo, onde fora vigário de Santo Antonio de Boipeba, foi apresentado em 1648 como vigário de São Cristovão de Sergipe de El-rei por falecimento do antigo titular, Bartolomeu Nunes.⁵⁴

O padre Simão de Figueiredo Guerra, desde 1641 alinhado aos planos de D. Pedro da Silva, fora encarregado da vigaria do Rio Grande em julho de 1648.⁵⁵ O padre Domingos Vieira de Lima foi apresentado por vigário de Nossa Senhora do Rosário de Goiana, em 1646 e, posteriormente, de São Miguel de Ipojuca em 1648.⁵⁶ Após a Guerra de Pernambuco, Vieira de Lima foi integrado ao Cabido da Sé da Bahia.⁵⁷

Observando a disposição geográfica das paróquias ocupadas por clérigos apresentados entre 1641 e 1647 à Chancelaria da Ordem de Cristo, por D. Pedro da Silva de Sampaio, fica perceptível que essas nomeações foram feitas para mobilizar os católicos nas áreas com maior densidade populacional. A expressão utilizada pelo conselheiro Wilhelm Schotte para caracterizar os jesuítas, *pernicieuse sprinckhaenen* (perniciosos gafanhotos), poderia, então, ser estendida aos demais clérigos e religiosos pela disposição com que atacaram o Brasil holandês (Watjen 2004, 346). Migraram individualmente e, agindo estrategicamente em conjunto, destruíram o tênue equilíbrio no campo religioso

⁵⁰ ANTT, Inquisição de Lisboa, Promotor, Caderno 29, Livro 228 fl. 215-248. [Bahia, 1644 a 1647] «Culpas contra o padre Belchior Manoel Garrido, residente no Estado de Pernambuco, preso na Bahia».

⁵¹ ANTT, CHOC. Livro 24, fl. 412v-413. [Lisboa, 05.10.1645]. «João Pinto de Azevedo carta de apresentação da igr^a de s^{to} amaro do jaboatão bp^{do} do brasil».

⁵² ANTT, CHOC. Livro 40, fl. 259v-260. [Lisboa, 08.11.1647]. «João Pinto apresentação da igr^a de são Cosme e damião bp^{do} do brasil».

⁵³ ANTT, CHOC. Livro 40, fl. 260-260v. [Lisboa, 10.06.1648]. «Gaspar glz dauilla carta de apresenta são da Igr^a de S^{to} amaro do Bispado do brasil».

⁵⁴ ANTT, CHOC. Livro 40, fl. 287. [Lisboa, 29.10.1648]. «Sebastião pedrozo igr^a de serigipe por despacho da chr.^a dej o treslado a ualentim damaral 7 de ju / lho de 649».

⁵⁵ ANTT, CHOC. Livro 40, fl. 270v-271 [Lisboa, 06.07.1648]. «Simão de fig^{do} guerra Carta de apresentação da igr^a do Rio grande do Rio de janr.^a (sic) bp^{do} do brasil».

⁵⁶ ANTT, CHOC. Livro 24, fl. 470. [Lisboa, 08.02.1646] e Livro 40, fl. 260v. [Lisboa, 15.07.1648]. «D^{os} uieira de lima carta de apresentação da Igr^a de são Miguel de poiuca de pernãobuco do bispado do Brazil».

⁵⁷ ANTT, CHOC. Livro 38, fl. 466. [Lisboa, 26.10.1655] «P^e Domingos Viejra mea Conesia da see da bahia».

⁴⁶ IGAHP. Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. Vol. 10 [Recife, 15.04.1644]. ANTT, CHOC. Livro 12; Fls. 252: [10.10.1627] e fl. 252. [Lisboa, 15.10.1627]. Desde 1627, Jorge da Mota era coadjutor da Igreja de São Miguel e João de Arruda da Costa era coadjutor da Igreja de Santo Amaro, ambas de Pernambuco.

⁴⁷ ANTT, CHOC. Livro 34, fl. 296-296v. [Lisboa, 29.12.1640]. Anos depois da Restauração de Pernambuco Matheus de Sousa Uchoa foi apresentado por vigário de São Lourenço da Mata, por falecimento de Gaspar Vieira de Almeida. Livro 18 (1663 a 1665), fl 47 [Lisboa, 16.09.1663].

⁴⁸ IGAHP, Coleção José Hyginio. *Dagelijkse Notulen*. Vol. 7 [Recife, 01.06.1641].

⁴⁹ ANTT, CHOC. Livro 18, fl. 47. [Lisboa, 16.09.1663]. Em 1663 Sousa Uchoa ainda estava vivo e foi nomeado vigário de São Lourenço da Mata em Pernambuco por falecimento de Gaspar Vieira de Almeida.

que sustentou a autoridade neerlandesa por cerca de oito anos. Mesmo após a paz ser estabelecida nas capitanias do norte, os religiosos continuaram migrando da Bahia para Pernambuco no fito de eliminar as consequências de mais de duas décadas de coexistência entre católicos e protestantes.⁵⁸

D. Pedro da Silva de Sampaio morreu em Salvador na madrugada de uma quinta-feira a 15 de abril de 1649 e teve jazigo na capela mor da Sé da Bahia. Seus ossos seriam trasladados para Portugal por ordem de sua sobrinha Micaela da Silva, mas o galeão Santa Margarida, que os transportava, naufragou na altura dos Açores, sepultando-o no oceano (Pita 1880, 164).

A Guerra de Restauração contra a Espanha impossibilitou a apresentação de novos bispos para as mitras portuguesas. A morte do bispo do Brasil, não obstante, reforçaria os ideais regalistas em Portugal. O jesuíta Antonio Vieira, que fora ordenado em 1634 por D. Pedro da Silva de Sampaio, estava em Roma no início de 1650, quando arquitetou um plano para consagrar bispos em Portugal e, assim, pressionar a Santa Sé a restabelecer relações diplomáticas com o governo português. A correspondência secreta do jesuíta foi trocada com o próprio Rei de Portugal, mas esse plano para restabelecer relações diplomáticas com a Santa Sé não foi levado adiante, pelo risco político que representava.⁵⁹

Na Bahia, a 19 de outubro de 1650, a Câmara de Salvador solicitou ao governo em Portugal que Frei Mateus de São Francisco, para substituir o falecido D. Pedro, fosse eleito para o cargo de bispo do Brasil em recompensa aos serviços que prestou em vinte e cinco anos de guerras «com que tem granjeado justamente o amor do povo» (*Documentos* 1951, 28). Apesar disto, a Sé da Bahia ficou sem bispos por vinte e um anos.

O maior desafio que D. Pedro da Silva de Sampaio assumiu, ao longo de sua vida, foi contra a presença militar neerlandesa na Bahia e nas Capitanias do Norte, bem como a luta contra a expansão das confissões reformadas no vasto território que compreendia a sua diocese. O bispo não viveu para assistir a expulsão dos neerlandeses, em janeiro de 1654, mas conheceu a derrota dos seus inimigos na segunda batalha de Montes Guararapes, em fevereiro de 1649, quando os neerlandeses ficaram circunscritos ao Recife e incapazes de se reabastecerem. O bispo que dirigiu, durante quinze anos, a Guerra Brasílica no campo religioso estava morto, mas o legado do seu episcopado foi, por conta da vitória sobre as confissões reformadas, a consolidação da Igreja Católica no Brasil colonial.

⁵⁸ Biblioteca da Ajuda de Lisboa, cod. 51-VI-52, fl. 24. [Lisboa, 01.06.1656] «Consulta para se mandar a Pernambuco Religiosos da Companhia para combater a heresia».

⁵⁹ Coleção do Autor. *Códice de Cartas Manuscritas do Padre Antonio Vieira*. fls. 1-3. [Roma, 28.01.1650]. É possível que este códice tenha pertencido à família real portuguesa. Em fins do século XIX foi adquirido pelo Ministro do Brasil nos Estados Unidos Salvador de Mendonça. A Biblioteca Nacional adquiriu grande parte da sua coleção em princípios do século XX, mas este códice passou à propriedade de Clado Lessa que publicou as cartas, num opúsculo com tiragem de 100 exemplares, com os quais presenteou seus amigos. Estas permitem conhecer um dos períodos mais obscuros da biografia de Vieira, sua primeira missão a Roma.

BIBLIOGRAFÍA

- Amaral, Braz do. 1941. «Governadores e Bispos». *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia* 27: 185-247.
- Calado, Manoel. 1985. *Valeroso Lucideno (1648)*. Recife: Fundarpe.
- Documentos Históricos do Arquivo Municipal. Cartas do Senado (1638-1673)*. 1951. Salvador: Prefeitura Municipal.
- Fonseca, Manoel Themudo da. 1643. *Pars Prima. Decisiones et quaestiones Senatus Archiepiscopalis Metropolis Olysiponensis Regni Portugaliae ex gravissimorum patrum responsis collectae, tam in iudicio ordinario quam apostolico a D. Emanuel Themudo da Fonseca*. Ulysipone: ex officina Dominici Lopez Rosa.
- Magalhães, Pablo A. Iglesias. 2010. *Equus Rusus: A Igreja Católica e as Guerras Neerlandesas na Bahia (1624-1654)*. Tesis doctoral. PPGH-UFBA.
- Magalhães, Pablo A. Iglesias. 2011a. «A Relacion de la Vitoria que alcanzaron las Armas Catolicas en la Baia de Todos Santos, do Bispo D. Juan de Palafox y Mendoza». *Topoi* 12:43-65. <http://doi.org/10.1590/2237-101X012023004>
- Magalhães, Pablo A. Iglesias. 2011b. «Frei Francisco de San Juan: um missionário espanhol na Bahia em 1624». *Hispania Sacra* 63: 155-184. <http://doi.org/10.3989/hs.2011.v63.i127.270>
- Magalhães, Pablo A. Iglesias. 2014. «O Ataque De Nassau Ao Recôncavo Baiano Em 1638: Três Documentos Conservados Na Biblioteca Pública Municipal De Évora». *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* 66: 207-229.
- Magalhães, Pablo A. Iglesias. 2016. «A Jornada dos Vassallos por D. Jerônimo de Ataíde em 1625». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 177: 219-280.
- Mascarenhas, Jorge de. 1893. «Sobre a conveniência de se fortificar a cidade da Bahia, capital do Brasil». *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 57(1): 77-83.
- Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco*. 1981. En: *Fontes para a História do Brasil Holandês. 1. A Economia Açucareira*. José Antonio Gonçalves de Mello. Recife: Fundarpe.
- Moreau, Pierre. 1651. *Histoire des derniers troubles du Brésil entre les Hollandais et les Portugais*. Paris: A. Courbé Imprimeur.
- Muller, Bonifácio. 1945. *Olinda e suas Igrejas*. Recife: Pio XII.
- Netscher, Pieter M. 1942. *Os Holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Ed. Nacional.
- Nieuhof, Johan. 1980. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre*. São Paulo: Martins.
- Pitta, Sebastião da Rocha. 1880. *História da América Portuguesa (1730)*. Lisboa.
- Santa Maria, Agostinho de. 1722. *Santuário Mariano, e Historia das Imagens milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente apparecidas, em graça dos Prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora*. Vol. 9. Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galrão.
- Schalkwijk, Frans Leonard. 2004. *A Igreja e o Estado no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo: Cultura Cristã.
- Silva, Ignacio Accioli de Cerqueira e. 1837. *Memorias Históricas, e Políticas de Provincia da Bahia*. Vol. 4. Bahia: Typ. do Correio Mercantil de M. L. Velloso e C.
- Varnhagen, Francisco. 1872. *História das Lutas com os Holandezes no Brasil desde 1624 a 1654*. Lisboa: Typographia de Castro e Irmão.
- Vieira, Antonio. 1928. *Cartas do Padre Antonio Vieira coordenadas e anotadas por J. Lúcio d'Azevedo*. Vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Watjen, Hermann. 2004. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*. Recife: CEPE.